



REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA LEITURA E ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Josilene Marcelino Ferreira

Universidade Regional do Cariri- URCA/ E-mail: josymf.mf@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal refletir a prática da leitura e da escrita, por suposto que é fato corrente que o sucesso da criança com a questão da escrita e da leitura é fundamental para o êxito nas demais disciplinas, e para a sua inserção na escola e na sociedade. O docente assume o compromisso de desenvolver nos alunos as habilidades inerentes à leitura e a escrita que proporcionará o uso adequado da linguagem escrita. A partir da aquisição dos conceitos e elementos pertinentes a um bom uso da leitura e da escrita o aluno adquire a capacidade de comunicar-se se fazendo compreender e compreendendo as informações a ele apresentadas. Não podemos negar que os problemas enfrentados no processo de ensino-aprendizagem referentes, em especial, à leitura e à escrita, se não forem logo sanados, tendem a se agravar ao longo do tempo; bem como a importância da escola e do educador nesse processo de “salvamento” do aluno, através da criação de um ambiente estimulador, no qual as ações de ler e escrever tenham função e significância. O professor deve estar consciente do papel que ele ocupa na sociedade como mediador, e que ele faz parte da formação do cidadão, e conseqüentemente, do desenvolvimento do país. Por esse motivo é necessário despertar nos alunos que a linguagem é fundamental na comunicação do homem, e que a escrita é um dos meios através do qual os homens interagem entre si e que ambos são os resultados do trabalho coletivo entre eles

Palavras-chave: Ensino da Língua Portuguesa, Letramento e Alfabetização, Práticas Pedagógicas.

1 – INTRODUÇÃO

Muito se discute a problemática das dificuldades de aprendizagem, as quais merecem ser destacadas a leitura e escrita, devido à influência que podem ter numa possível mudança assustadora de fracasso ou insucesso escolar, que ocorre na realidade brasileira. Assim, pretendemos discutir sobre tal insucesso, bem como fazer uma análise a respeito da leitura e escrita nas séries iniciais.

Existem outros graves problemas na realidade educacional brasileira, que há anos se evidencia quase que em todos os níveis de ensino do país, isto ocorre com maior frequência nos primeiros anos da escolarização.

Na busca de melhorias, a educação brasileira com toda deficiência na questão do ensino, procura mostrar justificativas como a falta de incentivos dos órgãos competentes e outros rebatem que os professores precisam ser motivados. O fato não é culpar um ou



III CONEDU

outros, mas buscar benefícios que possam mudar este quadro, afinal, o aluno é quem termina sofrendo todas as consequências (SOUSA E SISTO, 2001).

Dos inúmeros fatores relacionados ao fracasso, está a dificuldade de aprendizagem, grave problema na atualidade, pois em quase todas as salas de aulas de escolas públicas, é fácil encontrar crianças com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita. Por muitos anos tem sido motivo de preocupação e objeto de pesquisa.

Segundo Souza e Sisto (2001) estudos sobre as causas da deficiência de aprendizagem em escrita, referem-se aos de ordem biológica, psicológica, pedagógica e social, tornando um complexo e minucioso estudo, uma vez que a tal dificuldade é identificada pela não reprodução de atividades aprendidas.

As crianças com dificuldade de assimilar informações recebidas, não serão capazes de evocar o que a atividade determina, decorrente da probabilidade de serem apontadas como crianças problemáticas e possuidoras de dificuldades de aprendizagem.

É também objetivo deste mostrar o valor da leitura e da escrita para um segmento de alunos, principalmente da rede pública, onde se encontra um número gritante dessa deficiência. O trabalho assume o caráter de uma pesquisa bibliográfica, baseada nas obras de autores como Berenblum (2006), Fávero (1991) e Parâmetros Curriculares Nacionais que também buscam estudar esta questão. E E compõem a primeira parte de um trabalho maior que investigará, in lócus, a presença, causa e consequências dos problemas acima apontados.

2 – UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A história da educação brasileira, em seu contexto, não é uma história difícil de ser entendida e/ou compreendida, uma vez que ela evolui em rupturas marcantes. Contudo, há inovações neste setor, mas o difícil é saber se estas mudanças vão auxiliar a melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Isto somente o futuro pode mostrar. No entanto, pode-se afirmar que a educação brasileira tem um princípio, meio e fim bem demarcado e fácil observação.

Na realidade, talvez o aspecto mais difícil seja compreender o sistema e entender os objetivos que as instituições educacionais querem atingir, pois em muitos casos é necessário que revejam os objetivos, os recursos, as avaliações ou os incentivos destinados ao sistema educacional, principalmente no setor público, uma vez que se torna o mais precário.



III CONEDU

A educação é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, pois, é por meio da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. (PCNs,1997a, 1998b)

Embora o Brasil tenha avançado bastante neste campo nas últimas décadas, com políticas públicas razoavelmente eficientes, ainda há muito para ser feito. A escola, de um modo geral, tornou-se local de grande importância para a ascensão social e muitas famílias tem procurado investir nessa área.

Um dos grandes equívocos da educação brasileira está na responsabilidade administrativa do Ensino Fundamental, sendo que há uma grande preocupação em nomenclaturar essas fases, da qual se faz referência é antigo 1º Grau, depois Ensino Fundamental, anteriormente em oito séries e agora em nove anos, e tudo isso ficou a cargo dos municípios como se fosse a fase de menor importância social.

Quanto ao questionamento com relação à qualidade do serviço, nota-se que há uma maior preocupação com os números de que com a qualidade. No entanto, já é hora de compreendermos que em um país de grandes dimensões, como o Brasil, o ensino fundamental tem que ficar a cargo do governo federal.

O ensino profissionalizante – seja ele superior, técnico, especializado, etc. – é que deveria ficar a cargo dos Estados, Municípios e iniciativa privada. O governo federal não precisa se preocupar com o ensino profissionalizante porque as necessidades e aptidões produtivas de cada estado ou de cada município produzem por si mesmo as escolas técnicas e superiores de acordo com as reais necessidades de cada região.

Pesquisadores e estudiosos do assunto lembram que todos precisam observar que o ensino fundamental, principalmente nas séries iniciais, onde se implanta o processo da leitura e da escrita é a principal formação de qualquer cidadão. Assim, não é realmente prudente deixá-lo a cargo dos municípios ou da iniciativa privada.

No decorrer da década de 1990, um novo problema depreciou consideravelmente a qualidade do ensino médio e fundamental nas escolas brasileiras: aspectos como o excesso de filosofias liberais, construtivistas e inclusivistas, agravadas pela ingenuidade na utilização e interpretação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/90), propiciaram desordem e indisciplina no ambiente escolar. Nesse sentido, as liberdades pedagógicas e a superproteção à criança, trouxeram muito



III CONEDU

mais transformos do que beneficiar os processos de ensino e aprendizagem.

CONGRESSO NACIONAL DE E D U C A Ç Ã O

Tal realidade, conseqüentemente, tem multiplicado o número de pessoas improdutivas, levianas e também de marginais em todo o Brasil, uma vez que a sensação de impunidade (sensação de tudo pode) comum na maioria dos jovens, já nasce dentro das próprias escolas.

3 – A LEITURA E A ESCRITA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A escrita, como fator social, iniciou-se nas comunidades primitivas, demonstrando a competência e a capacidade do ser humano em transformar as figuras rupestres em símbolos gráficos e atribuir-lhes significações socialmente construídas e capaz de acompanhar-lhe aonde for. (SOUZA e SISTO, 2001)

Nesse sentido, a escrita tornou-se, segundo os autores, o elemento de registro da história do homem social, transmitindo e preservando seu patrimônio cultural, vindo a ser um poderoso instrumento que revolucionou o processo educativo, privilegiando os que tinham acesso a ele, se transformando em uma ferramenta de poder e dominação de algumas culturas sobre as outras, uma vez que somente a história dos vencedores é que repassada através da escrita.

O trabalho com a produção de textos orais e escritos e primordiais no processo ensino aprendizagem da língua. Não parece possível, no entanto, pensar na escrita sem relacioná-la à prática de leitura, pois a prática de leitura favorece a escrita. Existe uma grande possibilidade de um bom leitor ter mais condições de ser um escritor competente de refletir sobre as ideias e formular opiniões, do que alguém que não tem o hábito de ler.

Mas o que vem a ser um escritor competente? Um escritor competente é aquele que na produção de um discurso, sabe escolher o gênero textual mais apropriado a seus objetivos. Esse escritor é capaz de planejar seu discurso em função do destinatário, sem desconsiderar as características específicas do gênero. Além disso, consegue elaborar resumos, fazer anotações no decorrer de uma exposição oral e expressar seus sentimentos, experiências ou opiniões. Um escritor competente é também capaz de avaliar se seu texto possui problemas de ambigüidade, ideias confusas, redundâncias, etc., revisando-o até torná-lo satisfatório a seus objetivos.

Na escrita, as ideias tem que ser organizadas e expressas por meio do sistema de signos de forma que a mensagem nela contida seja inteligível aos leitores. Produzir textos é uma atividade complexa uma vez que



III CONEDU

exige o acionamento concomitante de diversas funções mentais. O aluno, escritor iniciante, tem um rico mundo de ideias, mas para ele, coordenação do pensar com o escrever, é ainda complicada.

Os educadores, no exercício da sua função, assumem o compromisso de incentivar, estimular e intervir de maneira planejada e adequada, valorizando o erro como parte processo de construção e aprimoramento do desenvolvimento da escrita pelo aluno.

3.1 Função social da escrita

Na idade pré-escolar, ou seja, nos seis ou sete primeiros anos da vida, a criança entra em contato com a língua escrita informalmente, ou seja, pelo uso das familiares no dia-a-dia, seja pela observação dos caracteres presentes nos jornais, revistas, letreiros das fachadas, de lojas, mercearias, farmácias, supermercados, etc.

Ao dominar a língua escrita e suas diversas funções, espera-se que o sujeito possa executar atividades de consulta, conferência, organização, observação e localização de informações, serviços e conteúdos nos mais diversos gêneros textuais e utilizar tais capacidades como forma de diversão, quando conveniente.

Ao trabalhar a escrita é importante discutir com os alunos, os diferentes usos e as funções que ela desempenha na sociedade. Saber escrever com clareza e competência é de fundamental importância para a plena participação na sociedade atual, uma vez em que vivemos numa sociedade em que se organiza e mantém-se em torno da escrita.

Isso posto, é nítido que a função da escrita excede o âmbito escolar. A esse aspecto o professor deve estar atento. Conforme orienta Berenblum (2006, p. 24).

Tal como a leitura, a escrita sofre mal da “escolarização”, quase sempre restrita à cópia e a reprodução de formas previamente modelares, não estimulando os processos de autoria que fazem dos sujeitos “escritores”, no justo sentido de ser autor autônomo e competente para escrever o seu texto, para dizer sua palavra e registrar sua história, transformando sua passagem pelo mundo, na sociedade grafocêntrica.

Leitura e escrita são atos inseparáveis e interdependentes. A prática constante e eficiente de leitura favorece a escrita. Em sala de aula, é importante que os alunos sejam conscientizados dessa questão e incentivados a refletir sobre suas atividades de escrita. O professor deve esclarecer para a turma que os textos produzidos em situações reais possuem destinatários e objetivos diversificados



III CONEDU

e são organizados nos mais variados gêneros. Desse modo, ao produzir textos, o autor deve atender as seguintes condições de produções:

Finalidades: os objetivos com que escrevemos um texto podem ser bastante variados, como manifestar nossa forma de pensar a respeito de determinada matéria lida; divulgar determinados serviços, buscando seduzir possíveis clientes; convencer alguém a respeito de determinado ponto de vista; obter notícia sobre pessoas estimadas; informar sobre a própria qualificação profissional; transmitir recados, etc.

Interlocutores: a (s) pessoa (s) para quem escrevemos os textos varia (m) de acordo com nossos objetivos. Eles podem ser os leitores de um determinado veículo da mídia impressa ou eletrônica; os transeuntes de determinados locais; um parente próximo ou amigo; um possível contratante; um familiar ou pessoa com quem se trabalha, entre outros.

Lugares de circulação: os textos circulam nos mais diferentes espaços, como na mídia impressa ou eletrônica; em escolas e academias; no ambiente ou círculos de amizades; nas empresas; em vias públicas de grande circulação e assim por diante.

Gêneros discursivos: a finalidade, o interlocutor e o espaço de circulação determinam o gênero textual por meio do qual o discurso se realizará. São exemplos de gêneros textuais ou discursivos: cartas de leitores, anúncios, folheto de propaganda, carta pessoal, currículo e bilhete.

Os PCNs Língua Portuguesa (SEF, 1997, p.65) propõem que:

O trabalho com produção de textos tem como finalidade formar escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes. Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso (...), sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e a circunstâncias enunciativas em questão.

Assim, em sala de aula, o professor deve desenvolver um trabalho de produção de textos que envolva diferentes procedimentos, ensinando os alunos a:

- Planejar o que se vai escrever em função das características do contexto de produção;
- Textualizar, isto é, redigir o que foi planejado, tendo em mente o marco e a microestrutura do texto;
- Revisar o que foi escrito, durante o processo de escrita e depois de finalizado;
- Reescrever o texto produzido e revisado;



- Avaliar o produto final, considerado acabado para o momento.

3.2 Como formar um aluno-escriptor competente

A produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros. A esta relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado intertextualidade. (PCNs Língua Portuguesa, 1998, p. 21)

Objetivando que o aluno adquira a capacidade de produzir textos coesos, coerentes e dinâmicos se faz necessário a apresentação e utilização de diversos gêneros textuais, acompanhados de diferentes temáticas, aproximando assim a realidade do aluno com o exercício de produção textual, estabelecendo a relação entre o discurso escrito e a vivência cotidiana. O aluno precisa perceber que diferentes objetivos exigem diferentes gêneros, os quais têm formas e características que precisam ser ensinados e aprendidos.

Na produção escrita, tão importante quanto saber o assunto é saber qual a intenção ao escrever. Isso porque um mesmo assunto pode ser objeto dos mais diferentes tipos de texto, cada um com características próprias. Dependendo da intenção, cada texto envolverá questões específicas quanto à sua estruturação. Por isso escrever um bilhete é diferente de escrever uma receita, um conto, uma notícia, um poema, um anúncio, etc.

As produções textuais devem partir de discussões e aproximações da realidade com o tema proposto, para que o aluno obtenha um ponto de partida a partir da organização e sistematização dos seus conhecimentos prévios. Portanto, faz-se necessário, propiciar e/ou ampliar seus conhecimentos acerca do assunto que será tratado. A revisão de linguagem e reescrita não podem ser menosprezadas no processo e produção textual.

Todo esse processo tem por objetivo formar escritores competentes que sejam capazes de produzir textos bem elaborados. A esse respeito é adequada a definição de texto apresentada por Fávero (1991, p. 17):

[...] qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão, trata-se, pois de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos fatores da textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade.

Nesse sentido, lembramos que o professor deve estar atento ao trabalho com a coesão e coerência, tratadas pela lingüística textual, na avaliação dos textos dos seus alunos, podendo auxiliá-los de maneira mais eficiente no processo de estruturação da escrita. Além de orientar seus



alunos na importância de conhecer o público alvo de suas produções para melhor adequação da linguagem a ser utilizada.

Também é papel do professor auxiliar os alunos no processo de revisão, solicitando-lhes a releitura e reelaboração, a fim de melhorá-las o máximo possível. O rascunho deve ser, portanto, valorizado como parte do processo de produção do texto. Tais cuidados são de extrema relevância para garantir o “sucesso” dos textos produzidos.

Aos alunos é essencialmente explicar que, para produzir um texto bem escrito, dois fatores são fundamentais: paciência e um trabalho contínuo com as palavras. É preciso mostrar-lhes que a primeira versão de um texto sempre pode ser melhorada.

Deve-se incentivar o aluno a produzir diferentes gêneros textuais, abordando temáticas contemporâneas e conflitantes, aprimorando assim seu poder argumentativo e de convencimento sobre o leitos. Não se pode exigir total satisfação, no entanto, se tais práticas são utilizadas desde as primeiras séries a evolução e aperfeiçoamento serão satisfatórios ao longo dos anos, assim como ocorre com a aquisição da leitura.

Um texto bem escrito, no início da alfabetização, não é aquele que contém erros ortográficos. Isso não significa que a ortografia não seja importante, mas sim, que seu aprendizado deva se dar ao longo do processo de alfabetização.

Um dos compromissos da escola é promover oportunidades para que o aluno conquiste progresso em sua competência para produzir textos verbais, não verbais e mistos nas variadas situações interlocução sociais. Por essa razão as atividades didáticas de produção textual devem ser organizadas considerando diversidades de textos de circulação freqüente na sociedade e construídas em diferentes formas de manifestação lingüística, com prioridade para os textos orais e escritos.

4 - LEITURA E ESCRITA: UMA RESPONSABILIDADE A SER COMPARTILHADA

O domínio da escrita traz inúmeros benefícios: ajuda a articular e organizar o pensamento; a aperfeiçoar o conteúdo e a forma do discurso; a desenvoltura para operar questões da vida cotidiana; a abrir novas possibilidades de acesso a lazer, bens culturais e formas mais efetivas de participação social e política. Em suma, ajuda a conviver, em condições de igualdade social, com pessoas que possuem essas capacidades.

Saber ler e escrever representa um dos mais altos graves de metacognição. Como ajudar o aluno a perceber que o domínio da escrita, em certos casos pode levar muito tempo?



Definir estratégias e procedimentos que envolvam leitura e escrita para fazer do aluno um leitor competente, capaz de reconhecer e utilizar textos de diferentes gêneros, e fazer que ele desenvolva a capacidade de expor seus pensamentos na forma escrita são tarefas em que devem estar empenhados os professores de todas as áreas, não apenas o de língua portuguesa.

A escolha como um todo deve se preocupar com as principais questões da língua escrita; deve estimular os alunos a produzir textos de diversos gêneros respondendo as diversas situações comunicativas, deve orientá-los nessas atividades, fazendo com que leiam, falem e registrem suas ideias.

Outro ponto importante que tem de ser trabalhado por todas as disciplinas está relacionado à mudança de postura do aluno diante de suas dificuldades de escrita. É necessário fazer com que ele encontre prazer em buscar novas palavras, significados ao invés de enfadar-se, perceber que a leitura e a escrita fazem parte da sua vida e não podem representar um fator de exclusão ou uma barreira. Cabe ao professor, de qualquer área auxiliar o aluno a dominar a modalidade da língua escrita e compreender que esta é a que deve ser utilizada nas suas produções, sem contudo, discriminar ou rejeitar a linguagem oral de cada um.

As trocas linguísticas ocorrem como forma de ações interindividuais sempre, nessa média, constituindo-se num processo de interlocução que se concretiza nas práticas sociais. Os conhecimentos linguísticos vão sendo construídos, aprofundados e ampliados nas práticas sociais mediadas pela linguagem. É pelo uso efetivo da linguagem que a criança constrói o sentido sobre si mesma. Uma perspectiva pedagógica deve tornar os usos que o aluno já faz da língua como ponto de partida para gradativamente, ensinar-lhe o que ainda não domina.

Para que a leitura e a escrita se tornem objetos de aprendizagem, é necessário que tenham sentido para o aluno e que, ele possa, reconhecer nelas diferentes propósitos sociais: ler e escrever para resolver problemas práticos; ler e escrever pelo prazer de desconhecer e registrar outros mundos; ficcionais ou não. Isso pressupõe a necessidade de contato com diferentes tipos de textos, em diferentes formas de organização. Além disso, é preciso lembrar que não só a linguagem escrita tem atributos específicos, a linguagem oral também os tem, não podendo ficar esquecida no trabalho educativo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema discorrido chama a atenção dos que fazem educação e a sociedade como um todo, para a utilização de várias estratégias para a construção do conhecimento, pois a finalidade da



escola é formar o aluno para a participação cidadã. Dessa maneira, um bom trabalho direcionado a leitura precisa ter como objeto de ensino a linguagem escrita que circula pelos diferentes contextos, dentro e fora da escola.

O professor deve estar bem consciente do papel que ele ocupa na sociedade como mediador, e que ele faz parte da formação do cidadão, e conseqüentemente, do desenvolvimento do país. Por esse motivo é necessário despertar nos alunos que a linguagem é fundamental na comunicação do homem, e que a escrita é um dos meios através do qual os homens interagem entre si e que ambos são o resultado do trabalho coletivo entre eles.

A leitura, portanto é o reflexo transformador em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões do educando sobre sua realidade e acompanhamento passo a passo da trajetória da construção do seu conhecimento.

A realização dessa primeira etapa do trabalho foi enriquecedora, pois as análises mostraram que para se construir um conhecimento, e levá-lo até o individuo, pode de imediato parecer difícil, mas com dedicação, competência e reivindicação por melhores condições de trabalho se consegue um bom resultado.

Apesar desse estudo não ser conclusivo, sempre será um tema de muitos debates e publicações, levando os educadores a constantes reflexões, esperamos que o mesmo traga efetiva contribuição para melhorar a qualidade do ensino da leitura e escrita, possibilitando a revisão do quadro, aqueles educadores que ainda concebem a leitura como mera decodificação, ou decifração de sinais gráficos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC / SEF, 1997.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC / SEF, 1998.

SANTOS, Verônica Fortuna; Ferreira, Soleide Silva. Dificuldade de Aprendizagem na Escrita em Crianças de Escola Pública Oriundos de Classes Populares. *In: Linhares. Ronaldo Nunes (organizador). Anais do 3º Simpósio de Educação e Comunicação. Aracaju - Universidade Tiradentes – UNIT, 2012.*

SOUZA, Adriana Regina Marques de; SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldade de aprendizagem em escrita, memória e contradições. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.5 no.2 Campinas Dec. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572001000200005>. Acessado em 22/07/2016. On-line version ISSN 2175-3539.**